



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A transição energética brasileira e a exploração petrolífera na Margem Equatorial

Leticia Yumi Benetti da Silva¹; Mariana Lima Araújo Malta²

Universidade de São Paulo, leticia.yumi.silva@usp.br

Universidade de São Paulo, mariana.malta@usp.br

GT 08: Energia, Sociedade e Ambiente: existe energia limpa?

RESUMO

A emissão de gases do efeito estufa é a principal causa das mudanças climáticas e os serviços energéticos são responsáveis pela maior parte dessas emissões (AZEVEDO DOS SANTOS et al., 2023). O Brasil tem reivindicado uma posição de protagonista do sul global na transição energética mundial, mas não tem adotado ações condizentes com seu potencial ambiental. Este trabalho busca refletir sobre transição energética e justiça energética, que se assumidos pelo Brasil não só nos discursos, mas de forma efetiva como política nacional, podem posicionar o país como protagonista no debate energético. Metodologicamente, o trabalho se fundamenta em: revisão sistemática da literatura especializada sobre transição energética, energia no Brasil, fontes de energia, e acordos internacionais sobre meio ambiente, revisão de produção técnica, levantamento de matérias jornalísticas e análise de discursos e declarações públicas do presidente Lula durante seu terceiro mandato (2023-2025).

PALAVRAS-CHAVES: Transição Energética, Margem Equatorial, Amazônia Oriental, Justiça Energética

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DESTAQUES

- 1- Transição energética se materializa como uma adição de fontes e não uma transição para renováveis
- 2- Desenvolvimento do sistema vigente é incapaz de mitigar as mudanças climáticas
- 3- Necessidade de considerar justiça energética na elaboração de empreendimentos energéticos
- 4- A Margem Equatorial simboliza o impasse entre desenvolvimento fóssil e transição justa

INTRODUÇÃO

Fenômenos climáticos extremos são cada vez mais frequentes em todas as regiões do planeta, indicando um cenário de mudanças climáticas. A emissão de gases do efeito estufa (GEE) é a principal causa dessas mudanças e os serviços energéticos são responsáveis pela maior parte dessas emissões (AZEVEDO DOS SANTOS et al., 2023). Diversos países têm se organizado em convenções internacionais com o objetivo de regular as ações humanas mundialmente, preocupados em salvaguardar as condições ambientais na Terra. Protocolos e acordos multilaterais relacionados ao meio ambiente são definidos nessas reuniões que, apesar de seus esforços, sofrem muitas críticas (RIBEIRO, 2010). Neste contexto, o Brasil reivindica uma posição³ de protagonista do sul global na transição energética mundial considerando que a matriz energética do país é uma das mais limpas do mundo, segundo as palavras do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A imagem do Brasil como protagonista no processo de transição energética só é possível porque o objeto de comparação é catastrófico: 85,6% da matriz energética mundial é baseada em combustíveis fósseis (IEA, 2024). Lamentavelmente, o país não cumpre este papel que, de fato, poderia ser seu devido a abundância de vento, água e sol em seu território.

Este trabalho busca refletir sobre dois conceitos fundamentais – justiça energética e transição energética – a partir do debate atual sobre a exploração de petróleo offshore na Margem Equatorial. Argumenta-se que se o Brasil alinhá-los de forma coerente em sua política energética e climática, como política nacional e como princípios orientadores em convenções

³ Com exceção ao período que o país foi governado pelo negacionista Jair Messias Bolsonaro.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

internacionais, estes podem posicionar o país como protagonista do Sul Global no debate energético e como liderança ambiental.

METODOLOGIA

Com o objetivo de produzir um trabalho comprometido com a qualidade dos dados, esta pesquisa será dividida em três procedimentos básicos: (a) revisão bibliográfica das produções especializadas sobre transição energética, energia no Brasil, fontes de energia, biodiversidade e acordos internacionais sobre meio ambiente; (b) revisão de produção técnica (Balanço Energético Nacional e International Energy Agency); (c) levantamento de matérias jornalísticas; (d) análise dos discursos e declarações públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante seu terceiro mandato (2023-2025), com foco nas temáticas de mudanças climáticas e transição energética.

COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS X APOIO À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL

A imagem reivindicada pelo Brasil de protagonista na transição energética tem bases materiais. Primeiro, o país sediou uma das principais convenções internacionais de meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra - primeira reunião da ONU em que pesquisadores e movimentos da sociedade civil puderam participar. O Brasil também foi vanguarda em declarar metas voluntárias para diminuir suas emissões de GEE, em 2009, durante a Conferência das Partes (COP) de Copenhague. Em 2025, o país se prepara para receber a COP 30, em um momento ainda mais crítico da crise ambiental global, e tem se dedicado a incentivar outros países a acelerar a implementação do Acordo de Paris (Lago, 2025). Além disso, o Brasil tem uma matriz energética mais renovável que a média mundial. No entanto, se esse protagonismo for analisado para além dos discursos e convenções, através de políticas e ações territoriais e de sua posição na divisão internacional do trabalho (DIT), revela-se uma imagem cheia de contradições, as quais podem e devem ser superadas.

Há uma dissonância entre a imagem de liderança ambiental projetada internacionalmente pelo Brasil e as práticas efetivas no plano doméstico, tendo em vista que o discurso ambiental na arena internacional apresenta como pontos fundamentais os



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

compromissos com a preservação da Amazônia, a proteção dos povos originários, a justiça energética e a transição energética, sendo que no contexto interno defende-se a continuidade de uma matriz energética fóssil, com mais investimentos na exploração de petróleo.

O governo brasileiro articula uma imagem de liderança climática no âmbito internacional e se prepara para sediar a COP-30 em Belém (PA), em novembro de 2025, contudo, defende ao mesmo tempo a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Essa contradição evidencia disputas no campo político e econômico, tensiona diferentes perspectivas de desenvolvimento, assim como revela os limites e dificuldades da comunicação institucional para promover uma agenda climática coerente, em diálogo com o contexto nacional e o internacional.

Durante o terceiro mandato do presidente Lula (2023-2025), o Brasil tem procurado se destacar como uma liderança em termos ambientais. Na 28ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), realizada nos Emirados Árabes Unidos, em 2023, o presidente destacou em seu discurso como a meta de Paris de manter o aquecimento global entre 1,5 e 2°C já é insuficiente para manter o sistema climático em um nível seguro e que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) não estão sendo implementadas no ritmo esperado, e que mesmo que estivessem não seriam o suficiente para manter a temperatura do planeta a níveis seguros (Brasil, 2023). Pouco tempo após o discurso, em 2024, a temperatura média global do planeta ultrapassou pela primeira vez a marca de 1,5°C, comparado aos níveis pré-industriais (Brasil, 2025).

Sobre as contribuições brasileiras diante da questão climática, Lula destacou que o Brasil possui NDCs mais ambiciosas do que os países mais poluentes, se comprometendo a atingir a neutralidade climática até 2050 (Brasil, 2023). Vale destacar que o setor energético é o terceiro setor com maior emissões no Brasil, atrás de mudanças no uso do solo e da agropecuária (Magalhães, 2024).

De forma antagônica, durante a COP28, em entrevista, Lula declarou que o Brasil deve participar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) como observador, e quando questionado sobre a aceitação do ingresso na Opep+ ao mesmo tempo em que defende a redução do uso de combustíveis fósseis no mundo, afirmou: "Não tem nenhuma contradição. O Brasil não será membro efetivo da Opep porque nós não queremos. O que queremos é influir" (Brotero; Zanfer; Martins, 2023). Ainda segundo Lula, "Antes de você acabar (com o petróleo)



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

por sectarismo, você precisa oferecer à humanidade opções, e a nossa participação na Opep+ é pra gente discutir com a Opep a necessidade dos países que têm petróleo" (Brotero; Zanfer; Martins, 2023). Vale ressaltar que, conforme a própria matriz energética brasileira demonstra, já temos opções.

Nesse sentido, a iniciativa de exploração de petróleo na Margem Equatorial evidencia a postura contraditória do governo brasileiro em relação à sua agenda energética e climática: ao mesmo tempo em que busca se projetar como uma liderança ambiental insiste em um modelo de desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis, com a defesa da exploração de petróleo na foz do Amazonas. A proposta da Petrobras de explorar petróleo na Margem Equatorial, tem gerado muitos debates entre setores conservadores/desenvolvimentistas, organizações da sociedade civil, povos originários e populações ribeirinhas (Sinimbú, 2024).

O projeto é visto como estratégico para a Petrobras, tendo em vista que a empresa estima que a exploração poderia aumentar as reservas nacionais em 37%, mantendo assim a produção nacional após 2030, quando se espera o declínio do pré-sal (O Globo, 2024). Contudo, a região é altamente sensível em termos sociais e ambientais, com ecossistemas frágeis e populações indígenas que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

Em 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou o licenciamento ambiental com base em pareceres técnicos que destacaram riscos elevados para a biodiversidade, lacunas nos planos de emergência e a ausência de Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS) (Ibama, 2023). Em outubro de 2024, o órgão solicitou novamente à empresa mais esclarecimentos em relação ao processo de licenciamento ambiental para conceder a autorização (Sinimbú, 2024). A Petrobras intensificou os esforços para atender às exigências, e em maio de 2025 o Ibama aprovou um plano de prevenção a emergências proposto pela empresa como parte de seu projeto para prospectar petróleo na bacia da foz do rio Amazonas, e o processo de licenciamento está próximo de terminar (Prazeres; Alvim, 2025).

Em abril de 2025, durante a cerimônia de assinatura de contrato da Transpetro, subsidiária da Petrobras, o presidente argumentou que o Brasil não poderia abrir mão do petróleo e que ele era necessário para financiar a transição energética (Agência Brasil, 2025). Vale destacar que em junho de 2025, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fez um leilão no qual 34 blocos de exploração de petróleo foram



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

arrematados (Cardoso, 2025). A Petrobras se destacou ao adquirir dez blocos na Bacia Foz do Amazonas. O leilão gerou manifestações de lideranças indígenas e de ambientalistas. Conforme afirmado por Ricardo Fujii, da WWF Brasil:

“Estamos falando de uma das regiões mais sensíveis do planeta, onde vivem ecossistemas únicos como o grande sistema recifal amazônico e mais de 80% dos manguezais do país — berços da pesca, da segurança alimentar e do sustento de milhares de famílias. Em vez de liderar a transição energética, a Petrobras escolhe ampliar um portfólio de alto impacto e retorno incerto, colocando em risco o futuro climático do Brasil e do planeta” (Cardoso, 2025).

Definir se a área em questão será explorada ou não, envolve a necessidade de avaliar os custos e os benefícios da extração de petróleo. Nesse contexto, é notável como o conhecimento do patrimônio natural nacional está diretamente vinculado à exploração dos bens naturais. Os recursos naturais são investigados com perspectivas comerciais de curto prazo e como recursos econômicos (Gligo *et al.*, 2020). Contudo, não há uma unidade de medida comum quando se trata da economia ecológica (Martínez, 2015). Conforme afirmado por Okereke (2006), a eficiência econômica e de custo se tornaram os principais critérios pelos quais a viabilidade de determinadas políticas ambientais é avaliada. Uma avaliação coerente da exploração deve ir além dos parâmetros econômicos e incorporar os princípios da justiça energética.

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM DEBATE

A primeira ideia a ser superada para que o Brasil se constitua como protagonista na transição energética é a de que sua oferta interna de energia seja majoritariamente constituída por fontes renováveis e de que seu processo de transição energética seja distinto da matriz mundial. Para isso, é necessário compreender o conceito de transição energética e como ele tem se realizado.

A transição energética não é uma política recente adotada para mitigar as mudanças climáticas. De acordo com Cataia (2020), esse sentido só foi adquirido no século XXI, mas o termo “transição energética” foi criado em 1975 (Fressoz, 2016). Na época, os Estados Unidos atingiram o pico da produção de petróleo e aconteceram os choques petrolíferos. Com objetivo de desviar os temores em relação a crise energética do momento, substituiu-se “crise” por “transição” e, assim, garantiu-se uma visão de futuro planejado e seguro (Fressoz, 2016), além



de incentivos ao avanço tecnológico para garantir o fornecimento de energia necessária ao crescimento econômico.

A transição energética, no mundo e no Brasil, tem se materializado como um aumento da produção de energia por todas as fontes, além disso, as fontes fósseis que deveriam ser abandonadas ou reduzidas são mais utilizadas (Ribeiro; Benetti, no prelo), como é possível observar nas tabelas abaixo:

Tabela I: Oferta total de energia, por fonte - mundo (2000-2010-2022)

Fontes	2000		2010		2022	
	TJ	%	TJ	%	TJ	%
Petróleo	154.187.960	37	173.839.340	32,6	187.902.349	30,2
Carvão	96.969.897	23,3	152.908.425	28,6	171.902.932	27,6
Gás Natural	86.603.606	20,8	114.571.310	21,4	143.897.186	23,1
Biocombustíveis	37.918.132	9,1	44.572.019	8,3	54.482.802	8,7
Nuclear	28.280.459	6,7	30.091.061	5,6	29.320.058	4,7
Geotérmica, solar eólica	2.530.395	0,6	4.614.732	0,86	19.018.259	3
Hidráulica	9.427.156	2,2	12.439.354	2,3	15.660.642	2,5
Total	415.917.605		533.036.241		622.184.228	

(RIBEIRO; BENETTI, no prelo)

Fonte: IEA Data Services. Disponível em: <https://www.iea.org/world/energy-mix>, acesso em 13 de fevereiro de 2025.

Tabela II: Oferta interna de energia, por fonte – Brasil (em 10³ tep(toe) - 2000-2010-2023)

Fonte	2000	%	2010	%	2023	%
Petróleo e derivados	86.735	47	100.992	37,6	110.216	35,1
Gás natural	9.456	5,1	27.716	10,3	30.181	9,6
Carvão mineral e coque	13.829	7,5	13.860	5,2	13.695	4,4
Urânio*	1.772	1	3.857	1,4	3.850	1,2
Outras não renováveis					1.839	0,6
Hidráulica**	28.000	15,2	37.659	14	37.935	12,1
Lenha e carvão vegetal	21.482	11,6	26.072	9,7	27.105	8,6
Derivados da cana-de-açúcar	19.252	10,4	47.785	17,8	52.851	16,8
Eólica					8.239	2,6
Solar					5.428	1,7
Outras renováveis	4.023	2,2	10.813	4	22.578	7,2
Total	184.549		268.754		313.982	

(RIBEIRO; BENETTI, no prelo)

* Urânio (U₃O₈) ** kWh = 860 kcal

Fonte: MME - BEN 2001, MME - BEN 2011 e MME - BEN 2024.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

As fontes renováveis são adicionadas à produção geral de energia, o que faz com que a porcentagem de fósseis diminua. No entanto, em termos absolutos, a produção por fonte só aumenta de uma década para outra - com exceção do carvão mineral, no Brasil, que tem uma ligeira oscilação de crescimento e decréscimo na produção. Esta percepção de adição de fontes e não de transição de fontes é parte de um padrão histórico observado por York e Bell (2019) e por Fressoz (2016) que diz categoricamente “a história da energia não é de transições, mas de acréscimos sucessivos de novas fontes de energia primária” (Fressoz, 2016, p.1).

O problema da repetição do padrão histórico de adição de fontes e não de substituição é a contínua emissão de GEE pelas fontes fósseis e, conseqüentemente, a aceleração das mudanças climáticas. Cabe ressaltar que as fontes renováveis não são “limpas” ou “verdes”, ou seja, também contribuem para emissão de GEE em algum momento – seja na construção de seu maquinário, nas adaptações territoriais para implementação ou constantemente em suas estruturas, como é o caso dos reservatórios das hidrelétricas. Porém, comparado a contribuição das fósseis nas emissões de GEE, a substituição por fontes renováveis representaria uma alternativa mais eficaz para a mitigação do aquecimento global e das mudanças climáticas.

A matriz elétrica brasileira poderia ser um modelo a ser seguido, já que a oferta interna de eletricidade é abastecida principalmente por fontes renováveis. No entanto, ela não constitui um exemplo. Considerar a transição energética - ou qualquer questão relacionada à energia - como somente uma questão de maior ou menor emissão de carbono na atmosfera levará inevitavelmente a equívocos. É necessário considerar a participação social nos processos energéticos, bem como avaliar os impactos socioambientais e econômicos dos empreendimentos.

As usinas hidrelétricas constituem a principal fonte de eletricidade do Brasil. Embora a expansão desses empreendimentos tenha ocorrido principalmente no período da ditatorial (1964-1985) – carregando, por isso, a marca de decisões sem participação social, de repressão a vozes divergentes das políticas governamentais e sem considerar a democracia ou justiça energética –, esse padrão não se restringiu a esse período. Nem as construções, nem o modo antidemocrático de tomada das decisões foram superados, como o caso da usina de Belo Monte que foi construída sob o governo do Partido dos Trabalhadores, já no período democrático. Além disso, a eletricidade produzida é utilizada principalmente por setores energointensivos,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

como a mineração, que fazem do Brasil um país exportador de commodities, sua função na divisão internacional do trabalho.

Estudos sobre os impactos dos parques eólicos (terrestres ou offshore) e sobre o descarte de painéis solares são relativamente mais recentes. Essas pesquisas também constituem um foco importante para que o Brasil possa aprender com seus equívocos, corrigir sua trajetória de políticas energéticas e aprimorar sua atuação na transição energética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração de petróleo na Foz do Amazonas evidencia as tensões entre crescimento econômico e preservação ambiental. Evidencia-se como a efetividade da política ambiental nacional depende de escolhas mais consistentes e nossas perspectivas de desenvolvimento econômico devem corresponder ao futuro que almejamos.

Adotar a ideia de decrescimento econômico é determinante para que o Brasil se constitua em uma voz importante na transição energética. Segundo Moranta e colaboradores (2022), o crescimento econômico ilimitado, que é motor do capitalismo, esgota a base natural da terra e deteriora suas condições biofísicas, trazendo a tona uma contradição: o crescimento econômico do sistema vigente é incapaz de realizar a manutenção da biodiversidade e de mitigar as mudanças climáticas. Desta forma, insistir na exploração de petróleo em função do desenvolvimento, como se vislumbra no bloco FZ-M-59 da Margem Equatorial, na Foz do rio Amazonas, é um erro e não trará avanços a transição energética. Constituirá em mais um episódio na história de adições.

O Brasil pode ser um país protagonista na transição energética, mas ainda não conquistou essa posição. Avaliar as fontes energéticas que abastecem o país, considerando a participação social nos processos energéticos e os impactos socioambientais e econômicos dos empreendimentos são essenciais para construir uma transição energética justa e democrática. Além disso, a defesa do decrescimento econômico é fundamental, visto que desenvolvimento econômico e mitigação das mudanças climáticas constitui uma contradição.

REFERÊNCIAS

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

AGÊNCIA BRASIL. **Lula diz que combustíveis fósseis vão financiar transição energética.** Brasília, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-02/lula-diz-que-combustiveis-fosseis-va-financiar-transicao-energetica>. Acesso em: 21 jun. 2025.

AZEVEDO DOS SANTOS, A., Pereira Medeiros, R., Megrè, M., Peyerl, D.. Democracy and Energy Justice: A Look at the Brazilian Electricity Sector. *In*: Peyerl, D., Relva, S., Da Silva, V. (org.). **Energy Transition in Brazil**. The Latin American Studies Book Series. Springer, Cham., 2023., p.57-73. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-21033-4_4. Acesso em: 30 de junho de 2025

BOECHAT, Gabriela; SCHROEDER, Lucas. **Lula critica “lenga-lenga” e diz que Ibama parece atuar contra governo.** CNN Brasil, São Paulo, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-critica-lenga-lenga-e-diz-que-ibama-parece-atuar-contra-governo/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Temperatura média do planeta rompe limite de 1,5°C em 2024, apontam centros meteorológicos.** Brasília, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/01/temperatura-media-do-planeta-rompe-limite-de-1-5degc-em-2024-apontam-centros-meteorologicos>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na primeira sessão do segmento de alto nível para chefes de Estado e Governo da COP-28.** Dubai, 1º dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BROTERO, Mathias; ZANFER, Gustavo; MARTINS, Américo. **Lula na COP28: 'O Brasil não será membro efetivo da Opep, porque nós não queremos'.** CNN Brasil, São Paulo, 3 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/lula-na-cop28-o-brasil-nao-sera-membro-efetivo-da-opep-porque-nos-nao-queremos/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CARDOSO, Rafael. **Leilão da ANP tem 34 blocos arrematados, 19 na Foz do Amazonas.** Agência Brasil, Brasília, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-06/leilao-da-anp-tem-34-blocos-arrematados-19-na-foz-do-amazonas>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16356. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16356>.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

FRESSOZ, Jean-Baptiste. Pour une histoire désorientée de l'énergie. **Entropia, Revue d'étude théorique et politique de la décroissance**, n° 15, 2013.

IBAMA. **Ibama nega licença de perfuração na bacia da Foz do Amazonas**. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IEA-International Energy Agency. **World Energy Outlook 2024**, 2024.

LAGO, André Aranha Corrêa do. [S.l.] 2025. Terceira Carta da Presidência Brasileira. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/terceira-carta-da-presidencia-brasileira>. Acesso em: 30 mai. 2025

MAGALHÃES, Simone C. Lecques de (Coord.). **Caderno Geopolítica da Energia de Baixo Carbono**. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2024. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/alta_caderno_geopolitica_da_energia_de_baixo_carbono.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Ecología política del extractivismo y justicia socio-ambiental. **Inter Disciplina**, Ciudad de México, v. 3, n. 7, p. 25-56, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/52384>. Acesso em: 22 jun. 2025

MORANTA, J., TORRES, C., MURRAY, I., HIDALGO, M., HINZ, H., & GOURAGUINE, A.. Transcending capitalism growth strategies for biodiversity conservation. *Conservation Biology*. 2022; 36:e13821. <https://doi.org/10.1111/cobi.13821>

OKEREKE, Chukwumerije. Global environmental sustainability: Intragenerational equity and conceptions of justice in multilateral environmental regimes. **Geoforum**, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718506000066>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PRAZERES, Leandro; ALVIM, Mariana. **Ibama aprova simulações para exploração de petróleo na Margem Equatorial – o que acontece agora?** *BBC News Brasil*, Brasília; São Paulo, 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgq3vxlll0ko>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estud. av.** [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 69-80 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

RODRIGUES, Alex. **“O mundo ainda não está preparado para viver sem o petróleo”, diz Lula**. Agência Brasil, Brasília, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-06/o-mundo-ainda-nao-esta-preparado-para-viver-sem-o-petroleo-diz-lula>. Acesso em: 21 jun. 2025.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

SINIMBÚ, Fabíola. **Ibama pede à Petrobras mais dados para perfurar na Foz do Amazonas.** Agência Brasil, Brasília, 30 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/ibama-pede-petrobras-mais-dados-para-perfurar-na-foz-do-amazonas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

YORK, Richard; BELL, Shannon E. Energy transitions or additions?: Why a transition from fossil fuels requires more than the growth of renewable energy. **Energy research & social science**, v. 51, p. 40-43, 2019.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

